RELATÓRIO E CONTAS

DA

COMPANHIA ELÉCTRICA

DO

ALENTEJO E ALGARVE

CEAL

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Gerência de 1968

SEDE

RUA DE D. FRANCISCO MANUEL DE MELO, N.º 23-A

LISBOA

GERÊNCIA DE 1968

Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve — CEAL
S. A. R. L.

Capital: 70.000.000$00

LISBOA

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

São convidados os Srs. Accionistas a reunirem-se em assembleia geral ordinária, na sede social, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 23-A, no dia 26 de Março, pelas 11 horas, a fim de:

— Deliberar sobre o relatório e contas do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício de 1968;

— Proceder à eleição da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 1969.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL,

a) *José Francisco Corrêa Matoso*

RELATÓRIO

DO

Conselho de Administração

Senhores Accionistas:

De harmonia com o que determina a lei e o pacto social, temos a honra de apresentar à apreciação da Assembleia Geral o relatório, o balanço e as contas referentes ao ano de 1968.

Alta Tensão

As redes de AT exploradas pela CEAL tinham, em 31 de Dezembro de 1968, a extensão de 1483 km e representavam, em relação à extensão do ano anterior, em igual data, um aumento de 42 km. Isto quanto às redes já em serviço, porque, no final de 1968, os novos traçados de AT montados e em montagem atingiam 99 km.

A rede em serviço divide-se, por tensões, da maneira seguinte:

Linhas a 60 kV	182 km
Linhas a 30 kV	611 km
Linhas a 15 kV	662 km
Linhas a 6 kV	28 km
	1483 km

Na subestação de Beja foram instalados dois transformadores de 20 MVA, que substituiram os de 10 MVA, que ali se encontravam e foram transferidos para a subestação de Porto de Lagos (Portimão), onde estão em montagem.

Procedeu-se a ampliações nas subestações de Loulé e de Porto de Lagos (Portimão), nesta com vista a torná-la numa subestação de 60/30/15 kV. Concluiu-se a nova subestação de Portelas (Lagos) de 30/15 kV e, bem assim, se procedeu a acabamentos na de Tavira, igualmente de 30/15 kV e recentemente construída. Os trabalhos da subestação de Moura, na sua fase actual de posto de corte de 30 kV, foram ultimados.

Para se conseguir uma melhoria de nível de tensão e para se diminuir o transporte de energia reactiva para o Sul, com todos os incon-

venientes que traz, estão a ser montadas de conta da CNE, nas nossas subestações de Loulé e de Portimão, baterias de condensadores de 30 kV 2×2 MVAr.

Baixa Tensão

A actividade neste domínio foi principalmente de conservação e de ampliações de redes existentes. Novas redes, contam-se quatro que se acabaram no concelho de Odemira e que representam o completar-se o programa de electrificação deste concelho, o mais extenso do País.

Iniciaram-se, e prosseguem em vias de acabamento, os trabalhos de electrificação de Póvoa de S. Miguel e de Safara, no concelho de Moura.

Alimentação do Algarve

Segue, felizmente, a bom ritmo, a construção, que está a ser levada a efeito pela Companhia Nacional de Electricidade, da nova linha abastecedora do Algarve, que, desde o início da electrificação que levámos a cabo, tem estado a ser alimentado pela nossa linha a 60 kV.

A nova linha, que já está dimensionada para 150 kV, deverá estar concluída nos meses do próximo Verão e são certos os benefícios que resultarão da sua entrada em funcionamento: passar-se-á a ter uma melhor e mais segura qualidade de serviço, sentindo-se menos os efeitos dos cortes indispensáveis e de algumas avarias imprevisíveis e inevitáveis. E para assegurar mais completamente os benefícios que hão-de vir, a CEAL já está a proceder, na sua subestação de Loulé, à montagem de dispositivos de protecção de distância.

Exploração

O volume de energia distribuído na zona da CEAL aumentou no ano de 1968, em relação ao ano anterior, de 18,8 %, e, se não fosse a quebra do consumo que se verificou nos meses de Novembro e Dezembro, o aumento geral teria sido da ordem de 20 %.

A percentagem verificada, no seu valor absoluto, não deixa de ser alta, mas comporta dois significados: de um lado, as bases de que se tem partido eram muito baixas; de outro lado, o ritmo de desenvolvimento mostra-se um tanto animador.

Mas temos necessidade de que o seja mais, para que se possa, não só fazer face aos encargos da exploração que crescem intensamente, como vir a remunerar o capital accionista a um nível razoável, que se aproxime do nível geral do mercado, capital esse que desde o começo permanece sem ter recebido qualquer remuneração.

Constituída a empresa, implantou-se, de seguida, uma extensa rede de linhas de média e alta tensão, servindo além de quatro concelhos do distrito de Évora, todo o distrito de Beja e todo o de Faro, acorreu-se a solicitações que nos foram feitas e tomaram-se muitas concessões municipais, de regra, na nossa zona, de exploração difícil e não rendável, alimentando-se em muita parte pequenos aglomerados dispersos e distantes; mas verifica-se que a densidade de distribuição ainda é muito pequena, implicando contudo o mesmo serviço e a mesma despesa como se essa densidade fosse grande.

Lentamente, passo a passo, vamos melhorando a posição. Seguimos uma gestão cuidadosa, mesmo meticulosa, mas sem esquecer a situação do pessoal que connosco colabora, que tem direitos para além do estádio de desenvolvimento da empresa que serve. Preocupam-nos os ganhos de produtividade, que passam, como se sabe, pela qualificação humana, mas sabemos quanto difíceis são realmente de atingir, sobretudo quando temos de fazer face, em grande parte, a massas de serviços, invencìvelmente, necessàriamente, esparsos e de muito fraca densidade. Procuramos servir melhor em todos os sentidos, o que muitas vezes significa mais despesa e menos oportunidade de lucro. Pudemos fazer face ao aumento de tarifas da rede primária, que nos sobrecarregou em momento delicado e sem qualquer compensação, apesar de justamente reclamada. E estamos suportando o acréscimo de despesa que resulta da aplicação do contrato colectivo de trabalho, a que noutro lugar fazemos referência.

Dentro destas circunstâncias, ainda pudemos apresentar um lucro, que em si contém um dado progresso e isto depois de ter feito, com pleno rigor, as devidas reintegrações.

Mas sem o sacrifício dos accionistas, entre os quais é justo salientar os mais importantes — a Hidro-Eléctrica Alto Alentejo e a União Eléctrica Portuguesa — não teria sido possível consolidar tão vigorosamente a empresa e oferecer um serviço que se tem aperfeiçoado e que, insatisfeitos, não nos cansamos de procurar aperfeiçoar de cada vez mais.

O volume de energia distribuído em 1968, ao abrigo da concessão do Estado, totalizou 87.327.335 kWh.

Parte desta energia transitou para as nossas concessões municipais e, tendo em conta as perdas verificadas nas respectivas distribuições, achamos o volume de 85.971.347 kWh como o do total da energia efectivamente entregue aos clientes.

Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade

Tem o Grémio, a cuja direcção presidimos, por intermédio do nosso administrador Eng.º Paulo de Barros, continuado a desenvolver uma larga actividade no seguir e tratar os mais instantes problemas de

interesse comum aos agremiados, alguns desses problemas tocando vivamente o interesse nacional, e, para tanto, entregando-se a trabalhos, estudos e investigações de elevado nível, alguns de delicada complexidade.

A presença activa e pronta do Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade no meio económico e corporativo português parece-nos ser coisa de assinalar com gosto e confiança.

Contrato Colectivo de Trabalho

Finalmente, no mês de Dezembro do ano último, foi assinado o contrato colectivo de trabalho entre o Grémio Nacional dos Industriais de Electricidade e os Sindicatos que abrangem os trabalhadores que dão a sua colaboração às empresas agremiadas, o que nos trouxe grande satisfação.

Trata-se de um documento importante, que levou longo tempo a elaborar e a que demos o melhor da nossa cooperação e boa-vontade.

O contrato assinado, dados os seus moldes e os conceitos que adoptou, marca em certos aspectos uma orientação nova no País, orientação que se tem como mais objectiva e como visando um maior rigor de justiça nas relações entre as empresas e os seus colaboradores, embora traga para aquelas um acréscimo apreciável de encargos.

Delegado do Governo

Em 4 de Outubro de 1968, foi nomeado Delegado do Governo junto da nossa empresa o Senhor Engenheiro Agrónomo António Campos de Albuquerque de Azevedo Coutinho que, logo, se manifestou no sentido de nos dar o melhor da sua cooperação no exercício da sua função e a quem apresentamos o tributo de alto respeito e consideração a que tem todo o jus.

Mudança da Sede

Devido a um inevitável alargamento de serviço, houve necessidade de procurar uma instalação mais adequada do que aquela que vínhamos usufruindo na Rua de Rodrigo da Fonseca. Encontrou-se a solução para o problema num prédio novo que a Hidro-Eléctrica Alto Alentejo — uma das nossas principais associadas — construiu na Rua de D. Francisco Manuel de Melo, n.º 23-A e Rua de Artilharia Um, n.º 122-A.

A nova instalação está dimensionada tendo em conta um possível novo crescimento de serviço.

Contas

Os lucros líquidos somam Esc. 4.875.815$14 dos quais deve deduzir-se 5 % para o Fundo de Reserva Legal. Feita esta dedução, propomos se retire 8 % para ser distribuído pelo pessoal e que o remanescente seja levado ao Fundo de Reserva Livre.

Considerações Diversas e Finais

— Às instâncias oficiais com quem tratámos desejamos apresentar o nosso reconhecimento pela maneira correcta e compreensiva como foram acolhidos e resolvidos os assuntos que lhes levámos.

— À Empresa Termoeléctrica Portuguesa, S.A.R.L., de que somos administradores, pudemos continuar com gosto a dar toda a nossa colaboração e esforço, sendo muito agradável referir a maneira destra e segura como prossegue no seu caminho promissor.

— À Aliança Eléctrica do Sul, S.A.R.L., a quem nos prendem laços tão estreitos, pudemos, segundo o que já é uma tradição firme, dar-lhe o melhor da nossa colaboração e assistência.

— Ao Conselho Fiscal que, como sempre, encontrámos numa atitude da mais frutuosa cooperação, apresentamos, com o tributo do alto apreço que nos merece, a expressão do nosso reconhecimento.

— A todos os nossos colaboradores, na medida em que dão o seu esforço e dedicação a favor da boa marcha dos nossos trabalhos e alcance dos nossos objectivos, endereçamos, não só uma palavra de justo louvor, como também uma palavra de sincera gratidão.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 1969.

PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

a) *Francisco Alberto Corrêa Figueira*

BALANÇO

E

RESULTADOS GERAIS

Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve — CEAL

Balanço em 31 de Dezembro de 1968

ACTIVO			
Disponível			
Caixa	755.472$22		
Bancos	2.571.339$34	3.326.811$56	
Realizável			
Clientes	13.318.318$63		
Devedores e Credores Gerais (saldos devedores)	1.017.934$17		
Comparticipações Financeiras	18.736.069$80		
Letras a Receber	291.384$00	33.363.706$60	
Permutável			
Contas Transitórias (saldos devedores)	1.076.197$96		
Material em Armazém	10.913.498$57		
Material a Receber	2.693.360$42		
Serviços Diversos (obras em curso)	21.424.079$25		
Serviços de Oficinas (obras em curso)	42.852$09	36.149.988$29	
Fixo			
Aparelhos, Ferramentas e Utensílios Industriais	1.331.484$75		
Concessão de Grande Distribuição	128.217.769$30		
Concessões de Pequena Distribuição	52.928.292$00		
Edifícios e Terrenos	235.668$28		
Laboratório	247.929$62		
Material em Instalações Alheias	5.878.425$85		
Móveis, Utensílios e Livros	2.208.985$32		
Teleserviços	2.261.768$95		
Veículos	1.975.431$12	195.285.755$19	268.126.261$64
De Ordem			
Cauções da Administração		200.000$00	
Devedores por Cauções Próprias		139.500$00	
Devedores por Comparticipações Concedidas		1.420.582$10	
Devedores por Garantias Bancárias		200.000$00	
Garantias Bancárias Recebidas		2.166.241$90	
Valores em Depósito		837.443$80	4.963.767$80
			273.090.029$44

PASSIVO			
Exigível			
Imediatamente e a Curto Prazo			
Contas Transitórias (saldos credores)	1.719.177$58		
Credores por Resgate de Obrigações	64.000$00		
Devedores e Credores Gerais (saldos credores)	2.274.281$42		
Encargos Fiscais Vencidos	2.170.514$00		
Fornecedores de Energia	5.601.572$70		
Fornecedores Gerais	3.291.873$80		
Juros de Obrigações e Empréstimos Vencidos	741.849$97	15.863.269$47	
A Médio e a Longo Prazo			
Banco de Fomento — c/ Empréstimos	22.686.968$00		
C. Geral Depósitos — c/ Empréstimos	33.705.905$10		
Obrigações	27.184.000$00	83.576.873$10	99.440.142$57
De Compensação			
Reintegrações Gerais			
Aparelhos, Fer. e Utensílios Indust.	1.182.483$35		
Concessão de Grande Distribuição	51.781.726$30		
Concessões de Pequena Distribuição	12.724.189$28		
Edifícios e Terrenos	31.784$13		
Laboratório	160.892$13		
Material em Instalações Alheias	2.777.000$32		
Móveis, Utensílios e Livros	1.372.868$39		
Teleserviços	908.325$08		
Veículos	909.580$94	71.848.849$92	
Comparticipações		16.469.536$50	
Quotas de Reversão		2.967.408$95	91.285.795$37
De Ordem			
Cred.es p/ Cauções da Administração		200.000$00	
Cauções Próprias		139.500$00	
Comparticipações Concedidas		1.420.582$10	
Garantias Bancárias Prestadas		200.000$00	
Credores por Garantias Bancárias		2.166.241$90	
Credores por Valores em Depósito		837.443$80	4.963.767$80
Total do Passivo			195.689.705$74
SITUAÇÃO LIQUIDA			
Capital	70.000.000$00		
Fundo de Reserva Legal	515.159$41		
Fundo de Reserva Livre	2.009.349$15	72.524.508$56	
Resultados Gerais			
Resultados do Exercício		4.875.815$14	77.400.323$70
			273.090.029$44

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS,

a) *J. Teixeira de Sousa*

PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

a) *Francisco Alberto Corrêa Figueira*

Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve

CEAL

GERÊNCIA REFERENTE AO ANO DE 1968

RESULTADOS GERAIS

DÉBITO		CRÉDITO	
Exploração		Exploração	
Concessões de Pequena Distribuição	810.379$63	Concessão de Grande Distribuição	5.674.662$61
Encargos e Regularizações Diversos	508.098$16	Rendimentos e Regularizações Diversos ...	519.630$32
Para Balanço — Lucros	4.875.815$14		
	6.194.292$93		6.194.292$93

O CHEFE DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS,

a) *J. Teixeira de Sousa*

PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

a) *Francisco Alberto Corrêa Figueira*

PARECER

DO

Conselho Fiscal

Senhores Accionistas:

Como é de nossa obrigação, acompanhámos o desenrolar da vida da empresa ao longo do ano de 1968, examinando com regularidade os documentos e contas e visitando a tesouraria, encontrando tudo na devida ordem.

O relatório do Conselho de Administração, que é bastante explícito e dá uma ideia precisa da posição actual da empresa, revela, de par com as contas apresentadas, quanto se tem marchado em sentido ascendente e se o percurso já é um tanto longo — a empresa foi fundada há perto de 15 anos — os passos dados são firmes e constituem uma forte raiz de consolidação.

Os lucros apurados, não obstante os aumentos de encargos, marcam um relativo progresso e, se ainda não atingem o que seria para desejar em mínimo, significam contudo quanto cuidada e parcimoniosa tem sido a gestão levada a cabo.

Congratulamo-nos com o facto de, em breve, o Algarve ter uma nova linha alimentadora, cujas vantagens é desnecessário encarecer.

Agradecemos, reconhecidos, as boas palavras que nos são dirigidas.

Somos de parecer que:

1.º — se aprove o Relatório, Balanço e Contas apresentados pelo Conselho de Administração, dando-se aos lucros verificados a aplicação proposta;

2.º — se dê merecido louvor ao Conselho de Administração e, em especial, ao seu Presidente pelo zelo e muita competência com que sempre orientou e exerceu o seu mandato;

3.º — se reconheça a leal e pronta colaboração de todo o pessoal que tão eficientemente tem servido a empresa.

Lisboa, 5 de Março de 1969.

aa) *Alfredo Victor Lopes de Azevedo*

Abílio de Oliveira Gericota

João Manuel Pinto de Ruella Ramos

Composto e impresso na
SCARPA, LIMITADA
R. das Flores, 43-Lisboa

Nº _____ Rubrica
Resp? ___/___/_____
Arq? ___/___/_____
C.E.D 22 MAR 1969 ZIMBABWE

D.	A.T.	A.T.	B.T.	
E.P.	E.C.	S.A.		